



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

ATA Nº 2

REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO

Página | 1

LOCAL: PALÁCIO DA JUSTIÇA DE CASTELO BRANCO

DATA: 15/07/2024

Pelas 11:30 horas deu-se início à reunião, encontrando-se presentes:

- O Exmo. Juiz Presidente Dr. Miguel Mauro Fernandes de Castro;
- O Exmo. Sr. Dr. António Filipe Gaspar da Costa Maciel, Exmo. Sr. Magistrado do Ministério Público Coordenador (via Webex);
- O Exmo. Sr. Dr. João Manuel Rodrigues Mateus, representante dos Srs. Juízes;
- A Exma. Administradora Judiciária Dra. Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa;
- O Exmo. Sr. Dr. Francisco Pombo, em representação da Delegação da Ordem dos Advogados;
- A Exma. Sra. Técnica de Justiça Auxiliar Sandra de Jesus Dias da Silva, representante dos Oficiais de Justiça;

comigo, Maria Manuela Pires Marques, Oficial de Justiça no apoio aos Órgãos de Gestão da Comarca de Castelo Branco, tendo por objeto os seguintes pontos:

Ponto 1 – Aprovação do Relatório semestral da Comarca;

Ponto 2 - Outros assuntos.

Não se encontravam presentes o Exmo. Sr. Dr. Joaquim Mateus Paulo Serra, representante da UBI da Covilhã, e a Dr^a Paula Castro, representante da Ordem dos Solicitadores e



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Agentes de Execução, os quais atempadamente, comunicaram a sua impossibilidade de comparecimento, por razões de índole profissional.

Também não se encontravam presentes o Exmo. Sr. Eng.º João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo, representante do Município de Proença-a-Nova; o Exmo. Sr. Dr. Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos, representante do Município do Fundão; o Exmo. Sr. Procurador da República, Dr. Luís Miguel Cristino da Silva Campos, representante dos Exmos. Srs. Procuradores da República; o Exmo. Senhor Sérgio Santos, representante da União de Sindicatos (área da economia); e a Exma. Sra. Dra. Joana Rocha, representante da Ordem dos Advogados do Fundão.

Página | 2

Iniciada a reunião, o Senhor Juiz Presidente efetuou uma breve referência ao relatório semestral da Comarca, referente ao ano de 2024, disponibilizando-se para a prestação de quaisquer esclarecimentos.

Relativamente ao edificado do Núcleo da Covilhã, mais concretamente à saída das Conservatórias, referiu que, em setembro, será contactada a Exma. Senhora Secretária de Estado da Justiça, a fim de colher informação da situação. Relativamente às obras no edifício do Juízo de Proximidade de Penamacor, não houve qualquer desenvolvimento por parte do Município.

Relativamente aos Magistrados Judiciais, bem como Oficiais de Justiça, a Comarca está cada ano mais carente.

Existem três unidades orgânicas na Comarca, Juízo Local Cível de Castelo Branco > J1; Juízo Local Cível da Covilhã > J2 e Juízo Local Cível do Fundão, que apresentam alguns atrasos, estando a ser ponderada uma intervenção, a partir de setembro, no sentido de garantir algum apoio às respetivas titulares.

Dada a palavra ao Exmo. Sr. Magistrado do Ministério Público Coordenador, por este foi referido que o número de Oficiais de Justiça disponíveis, sobretudo nos serviços do Ministério Público da Covilhã e do Fundão, é preocupante.



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Mais referiu que o facto de não ser colocado nenhum Magistrado do Ministério Público, no Juízo do Trabalho de Castelo Branco e no Juízo Central Criminal de Castelo Branco, também revela dificuldades em colmatar tal carência, pelo segundo ano consecutivo.

No mais, concorda e louva o teor do relatório.

Página | 3

De seguida foi dada a palavra ao Exmo. Senhor Juiz Dr. João Manuel Rodrigues Mateus, que aludiu à falta de Oficiais de Justiça, querendo deixar uma palavra de apreço aos mesmos, que, apesar do quadro deficitário, tudo têm feito, salientando que, sem eles, os Tribunais não funcionam, sendo, por isso, imprescindível o seu contributo para o bom andamento da Justiça.

Mais refere estar plenamente de acordo com o relatório semestral apresentado.

Seguidamente, no uso da palavra, a Exma. Senhora Administradora Judiciária, pronunciando-se quanto ao relatório, disse concordar com o mesmo, nada tendo a realçar, salientando a falta de funcionários na Comarca, concordando com o referido pelo Exmo. Sr. Magistrado do Ministério Público Coordenador nesta matéria.

Seguidamente, no uso da palavra, o Exmo. Senhor representante da Ordem dos Advogados, pronunciando-se quanto ao relatório, disse refletir a realidade de todos os que trabalham em prol da Justiça, pelo que só pode concordar com o mesmo, mostrando total disponibilidade e colaboração para o bom andamento da Justiça, sendo de salientar o bom ambiente que se verifica.

Dada a palavra à Exma. Senhora representante dos Oficiais de Justiça, Sandra de Jesus Dias da Silva, referiu ter dado conhecimento da realização da presente reunião aos Senhores Oficiais de Justiça, que lhe transmitiram que uma das preocupações é a média de idades dos Oficiais de Justiça da Comarca ser bastante alta, prevendo-se que, a curto prazo, a saída para aposentação seja muito relevante, num já deficitário quadro de efetivos, aludindo ainda à saúde mental dos Oficiais de Justiça, dada a pressão a que estão sujeitos os que por cá permanecem.



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Mais referiu, relativamente à destruição de objetos, designadamente os de metal (como exemplo uma barra de ferro), cuja destruição não é possível efetuar pelo Oficiais de Justiça, com os meios que têm ao dispor.

Dada a dificuldade de contato telefónico com a Santa Casa da Misericórdia de Castelo Branco, com a qual existe um protocolo para prestação de refeições a arguido presos, designadamente nos dias de turno, seria importante haver conhecimento de um contacto específico a fim de garantir a alimentação, uma vez que já sucedeu, ser o Oficial de Justiça e até o Magistrado a pagar a refeição.

Página | 4

Relativamente aos DUC's para depósito de quantias monetárias à ordem de processos, pela CGD está a ser exigido, quer aos OPC, quer aos Oficiais de Justiça que ali se deslocam, o número de identificação fiscal singular do depositante, para a realização de tal operação, pelo que, neste momento, tais depósitos não estão a ser efetuados, uma vez que não são aceites números de identificação fiscal coletivos (Tribunal/OPC).

Reportou ainda a falta de qualquer lugar de estacionamento para os Oficiais de Justiça do Núcleo de Castelo Branco, com toda a dificuldade de estacionamento que existe no perímetro do Tribunal.

**

Nada mais havendo a tratar, sendo 12:05 horas, a reunião foi dada por encerrada.

Para constar se lavrou a presente ata, que após lida e revista, vai ser assinada.



Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco
Conselho de Gestão

Miguel Mauro Fernandes de Castro

(Juiz Presidente do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

Miguel
Castro

Assinado de forma
digital por Miguel
Castro
Dados: 2024.07.22
09:08:05 +01'00'

Página | 5

António Filipe Gaspar da Costa Maciel

(Procurador Coordenador da Comarca de Castelo Branco)

Filipe Maciel

Assinado de forma digital por
Filipe Maciel
Dados: 2024.08.29 10:37:22
+01'00'

Célia de Fátima Salgueiro Rodrigues da Costa

(Administradora Judiciária do Tribunal Judicial da Comarca de Castelo Branco)

Célia Rodrigues
Costa

Assinado de forma digital
por Célia Rodrigues Costa
Dados: 2024.08.29
11:21:35 +01'00'